

Políticas Públicas NA Educação BRASILEIRA

Diversidade

Atena Editora



Atena Editora

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
DIVERSIDADE**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Pesquisador da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª. Drª. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P769	Políticas públicas na educação brasileira: diversidade / Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. 227 p. : 2.528 kbytes – (Políticas Públicas na Educação Brasileira; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-93243-76-9 DOI 10.22533/at.ed.769182003 1. Educação e Estado – Brasil – Multiculturalismo. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação inclusiva. I. Série. CDD 379.81
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Sumário

CAPÍTULO I

A AFIRMAÇÃO DOS VALORES CIVILIZATÓRIOS AFRO-BRASILEIROS NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA NEGRA E A LEI 10.639/03

Érica Monale da Silva Gomes, Paula Paulino da Silva, Suzana dos Santos Cirilo e Ivonildes da Silva Fonseca..... 5

CAPÍTULO II

A ANTROPOLOGIA COMO PONTO DE REFLEXÃO SOBRE A DIVERSIDADE NOS CURSOS DE DIREITO

Rafael Gomes da Silva Carneiro e Brenno Fidalgo de Paiva Gomes16

CAPÍTULO III

A ESCOLA DO CAMPO E OS SURDOS CAMPONESES: IMPASSES E POSSIBILIDADES FRENTE À INCLUSÃO ESCOLAR

Tamires de Campos Leite e Nágib José Mendes dos Santos.....25

CAPÍTULO IV

A LITERATURA AFRICANA NO ENSINO DE HISTÓRIA: CONSTRUINDO PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA EM SALA DE AULA

Edmar Ferreira Santos35

CAPÍTULO V

A POLÍTICA DE IGUALDADE DE GÊNERO NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS: ASPRIMEIRAS ASPIRANTES NA ESCOLA NAVAL

Hercules Guimarães Honorato.....48

CAPÍTULO VI

A PRODUÇÃO DOS GÊNEROS TEXTUAIS NA ESCOLA DO CAMPO: CAMINHOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS

Maysa Conceição de Farias Albuquerque, Emanuelle de Oliveira Belisario e Maria Joselma do Nascimento Franco 60

CAPÍTULO VII

ARTE E CONSCIÊNCIA NEGRA: PRODUÇÃO DE SABERES NA INTERFACE ESCOLA E TERREIRO DE UMBANDA

Brenno Fidalgo de Paiva Gomes, Lílian Gabriella Castelo Branco Alves de Sousa e Rafael Gomez da Silva Carneiro 73

CAPÍTULO VIII

BOA ALUNA, MAU ALUNO

Hellen Cristina de Oliveira Alves81

CAPÍTULO IX

CONCEPÇÕES DA PROPOSTA CURRICULAR E A PRÁTICA DE SALA DE AULA SOBRE A TEMÁTICA DA DIVERSIDADE EM UMA ESCOLA DA ZONA RURAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA – PE

Joel Severino da Silva e Luciana Menezes de Lima Mendes87

CAPÍTULO X

DOMINAÇÃO MASCULINA E ESCOLA PÚBLICA

Alan Isaac Mendes Caballero98

CAPÍTULO XI

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: UMA REFLEXÃO DA PRÀXIS PEDAGÓGICA QUE LEVAM AS ATITUDES DISCRIMINATÒRIA

Suely Marilena da Silva e Fernanda Carvalho Guimarães 110

CAPÍTULO XII

EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ENFOQUE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM MURITIBA/BA

Osdí Barbosa dos Santos Ribeiro, Grasiela Lima de Oliveira, Maria Juliana Chaves de Sousa e Alessandra Alexandre Freixo 128

CAPÍTULO XIII

EDUCAÇÃO E INTERCULTURALIDADE: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE A INCLUSÃO DOS POVOS CIGANOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ENSINO BRASILEIRO.

Maria Raquel Alves da Rocha 140

CAPÍTULO XIV

EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE: UMA FRONTEIRA QUE NECESSITA SER DESFEITA

Anna Carla Ferreira de Araújo e Anna Cristina Ferreira de Araújo 152

CAPÍTULO XV

JOGOS COOPERATIVOS E O PROBLEMA DA COEDUCAÇÃO – REFLEXÕES DE GÊNERO NA ESCOLA

Cynthia Nery da Silva, Jéssica Dayane da Silva Martins, Rayane dos Santos Borges, Silvana Nóbrega Gomes e Lígia Luís de Freitas 161

CAPÍTULO XVI

O SILENCIAMENTO DAS TEMÁTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE: O AVANÇO DO CONSERVADORISMO NO BRASIL E NO RECIFE

Isabella Nara Costa Alves 170

CAPÍTULO XVII

O/A DOCENTE DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO/A MONITOR/A EM ALTERNÂNCIA

Grasiela Lima de Oliveira, Alessandra Alexandre Freixo e Osdí Barbosa dos Santos Ribeiro 182

CAPÍTULO XVIII

OS CONFETOS DAS BICHAS DOCENTES COMO MARCADORES DA HOMOSSEXUALIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO

Roberto Vinício Souza da Silva, Rosemary Meneses dos Santos e Romário Ráwlyson Pereira do Nascimento..... 195

CAPÍTULO XIX

RELAÇÕES RACIAIS NO ENSINAR A CUIDAR EM ENFERMAGEM: DESAFIOS E OS POSSÍVEIS AVANÇOS NESSE CAMPO DE CONHECIMENTO

Valdeci Silva Mendes e Candida Soares da Costa..... 208

Sobre os autores.....222

CAPÍTULO I

A AFIRMAÇÃO DOS VALORES CIVILIZATÓRIOS AFRO-BRASILEIROS NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA NEGRA E A LEI 10.639/03

**Érica Monale da Silva Gomes
Paula Paulino da Silva
Suzana dos Santos Cirilo
Ivonildes da Silva Fonseca**

A AFIRMAÇÃO DOS VALORES CIVILIZATÓRIOS AFRO-BRASILEIROS NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA NEGRA E A LEI 10.639/03.

Érica Monale da Silva Gomes

Paula Paulino da Silva

Suzana dos Santos Cirilo

Ivonildes da Silva Fonseca

RESUMO: O objetivo deste artigo é refletir sobre a afirmação da cultura afro-brasileira na escola, como ferramenta de construção da identidade da criança negra, partindo do princípio de que vivemos em uma sociedade com predominância de modelos estereotipados a respeito do segmento negro da população. Trata-se de um estudo de cunho qualitativo, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e web-gráfica. Utilizamos as contribuições teóricas de Munanga (2000), Trindade (2013) e Cavalleiro (2000), que trazem subsídios à discussão sobre a identidade étnica da criança negra na escola, porquanto ela representa um dos principais elementos na construção social de um indivíduo. Enfatizamos os valores civilizatórios afro-brasileiros que estão presentes em nosso modo de viver e devem ser trabalhados no cotidiano escolar, inclusive atendendo à Lei 10.639/03, que trata da valorização e do reconhecimento da diversidade étnico-racial em todos os níveis da educação brasileira. É muito importante que se discuta sobre essa temática na escola e assim possibilitar que a criança negra compreenda suas origens e conheça os elementos que compõem sua identidade étnica. Nesse contexto, o docente tem um papel muito importante como auxiliador no processo de reconhecimento e valorização desses valores civilizatórios dessa criança enquanto negra na sociedade. Assim, valorizar a cultura afrodescendente no meio educacional é um dos primeiros passos que podem contribuir para a desconstrução de atitudes de cunho discriminatório racial. É imprescindível que os professores e professoras possam conhecer e trabalhar a valorização do povo negro como parte fundamental da construção histórica, social e cultural da criança negra no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura afro-brasileira, Criança negra, Valores afro-brasileiros

INTRODUÇÃO

A trajetória do povo de origem africana no Brasil é marcada por muito preconceito, discriminação e violência de todos os tipos e a orientação por uma mentalidade social eurocêntrica e racista foi ganhando cada vez mais força ao longo dos anos. As pessoas negras traficadas de diversos pontos da África, foram submetidas à condição de escravizadas, situação que perdurou por quase quatro séculos. Durante o período da escravidão as pessoas negras eram tratadas como animais e submetidas a todas as vontades das elites brancas e esse cenário de dominação branca deixou profundas marcas em nossa história e em nossas práticas sociais, sobretudo nas escolas.

Nessa conjuntura de tratamento desumano foram construídas imagens negativas sobre o povo negro, que estão enraizadas historicamente e embasadas em uma concepção de inferioridade formulada por teorias raciais. Muito se fala que

estamos desconstruindo algumas imagens, discursos e mentalidades sociais, entretanto ainda precisamos de muitos avanços em relação à temática racial em nossa sociedade. Nesse sentido, é imprescindível pensar no papel da escola na contribuição à construção da identidade étnica da criança negra.

A escola existente no Brasil não pode desprezar aspectos importantes da cultura africana e da afro-brasileira e a importância das pessoas negras na construção da sociedade brasileira, bem como analisar as ações que contribuem para que as crianças negras sejam aceitas na escola e os mecanismos que reforçam a negação de sua identidade, tendo em vista que vivem em um contexto fortemente marcado pela exclusão.

Acreditamos que mudar o pensamento social não é tarefa fácil, porém a escola que questiona de que modo os docentes podem contribuir para diminuir as desigualdades sociais, afirmando e valorizando a cultura afro-brasileira na escola. Assim, vale interrogar: quais são as práticas educativas que contribuem para construir a identidade da criança negra no ambiente escolar ou que acabam por reforçar sua negação? Tal questionamento é sobremaneira relevante, tendo em vista que, na sociedade, ainda predominam ideias e sentimentos negativos, preconceituosos e estereotipados, historicamente construídos sobre o negro, e ao contrário, há a construção e reprodução de uma visão positiva a respeito do branco.

É imprescindível trabalhar a imagem auto positiva da criança negra, que precisa se reconhecer como tal, aprender a respeitar a imagem que tem de si mesma e ter modelos que reforcem essa expectativa. Nessa perspectiva, os professores podem e devem formar indivíduos com um novo olhar sobre o povo negro, visando superar as diferenças ainda muito presentes em nossa sociedade. Convém enfatizar que, se a escola não tiver a incumbência de encarar essa questão, poderá contribuir, e muito, para que as crianças negras se sintam inferiorizadas em relação às brancas e se afastem cada vez mais da escola ou que sejam induzidas a acreditar que são realmente inferiores, o que pode afetar seu desempenho educacional.

Sabe-se que, na sociedade brasileira, as representações negativas construídas a respeito do negro interferem nas relações estabelecidas no ambiente escolar, e a escola, de forma direta ou indireta, acaba contribuindo para isso. A análise da Lei 10.639/2003, mostra que, no âmbito educacional, os professores devem ressaltar a cultura afro-brasileira, em que as pessoas negras são consideradas importantes historicamente e a cultura em todos os seus aspectos deve ser valorizada.

A escola precisa valorizar as pessoas com igual direito, a começar pela educação, trabalhando a cultura afro-brasileira, para que os alunos de origem negra possam recuperar a autoestima, reconhecer-se como negras e entender a riqueza de seus ancestrais e de sua cultura e que as que não sejam consideradas negras respeitem as suas colegas. Dessa forma, algumas ideologias poderão ser desconstruídas. Os professores precisam compreender que o caminho para diminuir as desigualdades sociais consiste em afirmar e valorizar a cultura africana nas escolas. Se os primeiros anos escolares são considerados a base de um indivíduo, os professores devem começar a indicar o caminho para essa valorização cultural tão importante logo nas primeiras séries. Nesse sentido, a educação é um dos meios

mais importantes para se construir um pensamento crítico e valorizar as diversidades culturais e as características de diversos povos.

AFIRMAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA: VALORES CIVILIZATÓRIOS

Ao ler o texto, 'Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil', de Azoilda Trindade, encontramos recomendações e propostas de ação contemplando a criança negra na sala de aula. Em um trecho, a autora descreve a forma como a criança deve ser tratada, valorizando-se a compreensão, a tolerância e a amizade e outro ponto importante é com relação a que ela deve ser protegida contra qualquer tipo de discriminação e assim, alerta professores e professoras sobre a importância de trabalhar a temática racial, pois em nosso contexto é recorrente ocorrência de casos discriminatórios que acontecem nas escolas em relação às crianças negras.

A criança gozará de proteção contra atos que possam suscitar discriminação racial, religiosa ou de qualquer natureza. Criar-se-á num ambiente de compreensão, de tolerância, de amizade entre os povos, de paz e de fraternidade universal em plena consciência de que seu esforço e aptidão devem ser postos a serviço de seus semelhantes. (AZOILDA, 2013, p.131).

A partir da necessidade de trabalhar as ocorrências discriminatórias é relevante tomar os valores civilizatórios afro-brasileiros que destacam o continente africano como berço civilizatório e ressaltam a herança que os povos advindos desse continente nos deixaram e que estão presentes na sociedade atual merecendo reconhecimento nos conteúdos escolares.

O reconhecimento dos valores civilizatórios afro-brasileiros e o reforço da civilização africana é imbricado com a afirmação da ideia de que somos descendentes dos africanos que foram traficados para cá. Sendo afrodescendentes, sendo as crianças negras têm que conhecer as suas origens e valorizá-las formando o seu terreno de pertencimento étnico, conforme afirma Azoilda Trindade:

A África e seus descendentes imprimiram e imprimem no Brasil valores civilizatórios, ou seja, princípios e normas que corporificam um conjunto de aspectos e características existenciais, espirituais, intelectuais e materiais, objetivas e subjetivas, que se constituíram e se constituem num processo histórico, social e cultural. (TRINDADE, 2013, p. 132).

A afirmação da história do Brasil com foco na prática criminosa do tráfico negreiro e da escravidão revela que durante os 388 anos teve vigência relações cruéis e desiguais, mas houve a permanência, muitas vezes recriadas, da cultura africana que podem ser encontradas na música popular, na religião, na culinária, no folclore, e nas festividades populares, no vocabulário e no modo de ser.

A riqueza cultural, denominada afro-brasileira, presente em nosso modo de ser, tem alguns princípios destacados por Trindade (2013, p.134-36) e que aqui, reproduzimos: o princípio da *energia vital*, *oralidade*, *circularidade*, *corporeidade*, *musicalidade*, *ludicidade*, *cooperatividade*.

Princípio do Axé ENERGIA VITAL - tudo que é vivo e que existe, tem axé, tem energia vital: planta, água, pedra, gente, bicho, ar, tempo, tudo é sagrado e está em interação. Imaginem se nosso olhar sobre nossas crianças de Educação Infantil for carregado da certeza de que elas são sagradas, divinas, cheias de vida. (p.134)

ORALIDADE – Muitas vezes preferimos ouvir uma história que lê-la, preferimos falar que escrever... Nossa expressão oral, nossa fala é carregada de sentido, de marcas de nossa existência. Faça de cada um dos seus alunos e alunas contadores de histórias, compartilhadores de saberes, memórias, desejos, fazeres pela fala. Falar e ouvir podem ser libertadores. (p.135)

CIRCULARIDADE – a roda tem um significado muito grande, é um valor civilizatório afro-brasileiro, pois aponta para o movimento, a circularidade, a renovação, o processo, a coletividade: roda de samba, de capoeira, as histórias ao redor da fogueira... (p.135)

CORPOREIDADE – o corpo é muito importante, na medida em que com ele vivemos, existimos, somos no mundo. Um povo que foi arrancado da África e trazido para o Brasil só com seu corpo, aprendeu a valorizá-lo como um patrimônio muito importante. Neste sentido, como educadores e educadoras de Educação Infantil, precisamos valorizar nossos corpos e os corpos dos nossos alunos, não como algo narcísico, mas como possibilidade de trocas, encontros. Valorizar os nossos corpos e os de nossas crianças como possibilidades de construções, produções de saberes e conhecimentos coletivizados, compartilhados. (p.135)

MUSICALIDADE – A música é um dos aspectos afro-brasileiros mais emblemáticos. Um povo que não vive sem dançar, sem cantar, sem sorrir e que constitui a brasilidade com a marca do gosto pelo som, pelo batuque, pela música, pela dança. (p.136)

LUDICIDADE – A ludicidade, a alegria, o gosto pelo riso pela diversão, a celebração da vida. Se não fôssemos um povo que afirma cotidianamente a vida, um povo que quer e deseja viver, estaríamos mortos, mortos em vida, sem cultura, sem manifestações culturais genuínas, sem axé. (p.136)

COOPERATIVIDADE – A cultura negra, a cultura afro-brasileira, é cultura do plural, do coletivo, da cooperação. Não sobreviveríamos se não tivéssemos a capacidade da cooperação, do compartilhar, de se ocupar com o outro. (p.136)

A experiência de Trindade a fez sistematizar e compartilhar ideias que, se, levadas para a sala de aula terá coadunação com o que preconiza a Lei 10.639/2003 sobre a cultura afro-brasileira fazer parte da nossa história e não pode ficar afastada do sistema educacional.

Dessa forma deve-se valorizar o patrimônio cultural brasileiro e levar para a sala de aula toda uma construção coletiva historicamente criada pela humanidade. Assim, fica claro que, para a identidade racial da criança negra ser promovida, é necessário que a história e a cultura dos afrodescendentes sejam trabalhadas em sala de aula.

Mas a história do Brasil lecionada no ambiente escolar, até o ano de 2003, só dava destaque à trajetória dos europeus na América e excluía a parte negra da história do Brasil.

A partir das reivindicações dos movimentos negros em suprir a lacuna existente no sistema educacional brasileiro, o ex-presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, no dia 9 de janeiro de 2003, aprovou a Lei 10.639, que alterou o

currículo da rede de ensino e torna obrigatório o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira na educação do país, conforme o seu teor:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira. (BRASIL, MEC, 2003).

O principal objetivo da lei é o de valorizar e reconhecer a diversidade étnico-racial em todos os níveis da educação brasileira, e nos desdobramentos cria possibilidades para que seja possível enfrentar as práticas discriminatórias racistas que ainda estão presentes no âmbito educacional que excluem e penalizam crianças, jovens e adultos negros e comprometem a garantia do direito à educação de qualidade de todos.

Através da promulgação da Lei nº 10.639/2003, foi estabelecido um marco legal, político e pedagógico de reconhecimento e valorização das influências africanas na formação da sociedade brasileira e do protagonismo da população afro-brasileira na formação social, política e econômica do país. Nas Diretrizes desta Lei constam formas para se enfrentar e eliminar o racismo e a discriminação nos contextos educacional e social (BRASIL. MEC, 2014).

No âmbito educacional, a partir dessa lei, os professores devem ressaltar a cultura afro-brasileira, em que as pessoas negras são consideradas como sujeitos históricos, logo, a cultura na perspectiva antropológica, incluindo a música, dança, culinária, deve ser valorizada. Entretanto, sabemos que apenas uma lei não garante sua efetivação, uma vez que as instituições educacionais devem considerá-la como um direito social para todos, sem negar as diferenças. Por essa razão, é imprescindível que os cursos de formação de professores incluam o conteúdo da afro descendência em seu currículo, que deve ser elaborado de forma a atender as demandas raciais.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, o/a professor/a deve ter informação, formação, discernimento e sensibilidade sobre a situação da realidade social e racial do país, a fim de contribuir para que possamos superar o preconceito e a discriminação (BRASIL.MEC, 1997). Nessa perspectiva, o papel do docente é fundamental, porque ele terá em suas mãos o conhecimento, que é um instrumento indispensável para prover condições férteis a serem alocadas em prática na sala de aula. No entanto, nem todas as escolas trabalham o que é proposto na lei e para que isso possa acontecer, é necessário repensar as aulas e todo o sistema educacional, não só como uma forma de cumpri-la, mas também, principalmente, para auxiliar no entendimento do que compõe a identidade negra. Contudo a escola necessita abordar, de forma real e não estereotipada, as questões raciais, e o educador deve

possibilitar meios para que as crianças se sintam acolhidas no estabelecimento de ensino.

São inúmeras as contribuições do continente africano e os processos de recriação de suas culturas presentes nos diferentes lugares do mundo. No Brasil, há diversos elementos culturais africanos recriados em nosso contexto histórico, social e cultural, que exprimem muito do nosso modo de ser, os costumes, a musicalidade e a corporeidade dos outros grupos étnico-raciais que compõem nossa população. Mesmo sabendo de todas essas contribuições, é fato que ainda vivemos em uma sociedade com uma prática e um imaginário racistas.

Assim, considerando esses aspectos aqui abordados, é imprescindível trabalhar conceitos como racismo, discriminação e preconceito e valorizar a cultura afro-brasileira no ambiente escolar, para que as/os alunas/os de origem negra consigam formar ou recuperar a autoestima tão abalada por um histórico de racismo muito forte, reconheçam-se como indivíduos de origem negra e compreendam a riqueza cultural de sua ancestralidade. Os docentes precisam entender que, para diminuir as desigualdades sociais, é preciso afirmar e valorizar a cultura africana nas escolas. Para isso, é muito importante ensinar sobre a história e a cultura afro-brasileiras, com um novo olhar sobre o segmento negro da sociedade na formação do nosso país, visando mostrar o povo negro como um agente importante na formação da cultura brasileira.

A IDENTIDADE ÉTNICA DA CRIANÇA NEGRA NA ESCOLA

A identidade cultural, étnica é um dos principais elementos na construção social de um indivíduo. Ela não é inata, mas construída e isso se dá no contexto social histórico e cultural de inserção da pessoa, impulsionada com os referenciais vocabulares, imagéticos, religiosos, etc que digam respeito ao grupo, às suas formas de reconhecimento nas perspectivas *auto* e *alter* e que define-se:

conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa que a faz reconhecer-se pertencente a um determinado povo, ao qual se liga por traços comuns de semelhança física, cultural e histórica. A identidade étnica assumida positivamente é fundamental para a autoestima do negro e se constitui também uma estratégia necessária ao fortalecimento de seu grupo, na luta contra as injustiças sociais. (ROCHA, s.d.p.27)

A identidade é um “processo dinâmico que possibilita a construção gradativa da personalidade” (CAVALLEIRO, 2000, p. 21), e isso ocorre nas relações sociais nas quais são desenroladas as interações entre pessoas e grupos e assim, acontecem as trocas, os enriquecimentos afetivos e de reconhecimentos mútuos. Assim, a pessoa se constrói e tem o seu processo identificatório norteado por elementos significativos de seu grupo social e étnico.

As interações sociais são primordiais para o ser humano, principalmente para as crianças que estão em início da sua percepção como parte do mundo, e conforme o modo como são identificadas e tratadas pelos outros, adquirem uma autoimagem em que moldarão sua identidade que poderá ser afirmativa ou depreciativa. Na

interação social, sobretudo a que ocorre na família e na escola, a transmissão de valores, gostos, preferências e crenças deve ser conduzida com responsabilidade ancestral e histórica para que as influências decorrentes ajam de forma positiva na forma de pensar e de agir das crianças que são os futuros jovens e adultos. Então, é imprescindível que a escola trabalhe valores positivos, para que as interações ocorram em um ambiente de respeito à diversidade étnica.

Em muitos casos, a falta de referência positiva na vida da criança faz com que ela chegue à fase adulta com total rejeição à sua origem racial. Munanga (2000) salienta que, ao abrir os livros, a criança lê a história de outros povos e não vê a sua. Ali estão outros povos - portugueses, italianos, japoneses, holandeses. Assim, a dedução dessa criança vai ser de que não faz parte da história, logo, não pertence à humanidade.

É muito importante que a escola não só trate da parte dolorosa da história, do passado de escravidão, como também positive as histórias de resistências nas quais o povo negro participou e lutou por liberdade. E esse é um trabalho que deve começar desde cedo, porque o desafio de lidar com as crianças pequenas está justamente em entender sua identidade.

Azoilda Trindade (2013, p.145) refere que desnaturalizar a concepção de que a escravização das pessoas foi algo quase biológico, fechado, etiquetado e imprescindível para que as crianças entendam que seus antepassados foram escravizados em um contexto político de dominação dos povos. Segundo Munanga (2000), na maioria das vezes, a criança já chega derrotada à escola. A sua autoestima é baixa, e os preconceitos e as discriminações que aconteciam na vizinhança e na comunidade se reforçam e se repetem na sala de aula. E isso prejudica o seu processo de aprendizagem, porque ela se sente excluída por causa dessa situação.

As práticas educativas, em muitas situações, reforçam a afirmação do racismo. É na escola que a criança tem um verdadeiro choque com a percepção do significado de ser negro. A diferença que antes era sentida, agora, é evidente, visto que ela se depara com toda a carga negativa do significado da diferença racial. Sobre essa assertiva, Munanga (2000, p. 14) afirma:

Sem dúvidas, todos os preconceitos e discriminações que permeiam nossa sociedade brasileira são encontrados na escola, cujo papel deve ser o de preparar futuros cidadãos para a diversidade, lutando contra todo o tipo de preconceito. Mas na prática ela acaba é reforçando o racismo.

Na escola, a criança negra se encontra com o processo histórico construído com bases em estereótipos negativos produzidos socialmente, e os padrões estéticos estabelecidos culturalmente são elementos definidores do processo de sua identificação e aceitação, o que influenciará significativamente a percepção que ela tem de si e no autoconceito. Portanto, é preciso desenvolver práticas pedagógicas e estratégias de promoção da igualdade racial no cotidiano da sala de aula e inserir na rotina das atividades a leitura de livros infantis com personagens negros; histórias em que se exaltem heroínas, heróis e personalidades africanas e afro-brasileiras; filmes e desenhos que valorizem personagens negros e mostrar as tradições e as

culturas do povo negro, como a dança, a culinária e a música, para que a criança tome para si a história e a cultura do seu povo, assim como suas raízes e suas lutas.

É preciso, ainda, compreender que a escola é o lugar que contribui fundamentalmente para formar o sujeito em todos os seus aspectos, inclusive no que diz respeito à identidade racial e todas as suas problemáticas. Nesse sentido, a escola é um espaço privilegiado, porque promove ou deveria promover a igualdade entre as diversas culturas e raças, na perspectiva de possibilitar o convívio entre pessoas diferentes.

CONCLUSÃO

Através deste estudo, pudemos constatar que trabalhar a identidade da criança negra no meio educacional ainda é um grande desafio. Muito se fala em desconstruir o racismo no ambiente escolar, porém não se começa pelo principal, que seria trabalhar a cultura negra de forma positiva para promover a igualdade racial na escola, partindo do princípio de que a imagem do negro transmitida na sociedade se pauta em concepções negativas e estereotipadas que foram transmitidas ao longo do tempo. Poucas escolas se preocupam em discutir sobre a temática racial em seu cotidiano e deixam de lado o reconhecimento de o quanto o negro contribuiu para a formação da sociedade e as contribuições que esse segmento da população trouxe para nossa cultura.

É preciso que as escolas valorizem a criança negra e suas origens e trabalhe isso no cotidiano, objetivando diminuir os preconceitos, o racismo e as desigualdades sociais. As crianças negras devem ser vistas na escola como parte da história e, nos murais, nos livros e nos brinquedos, possam se identificar, ao encontrar bonecos e bonecas, personagens e elementos da cultura afro-brasileira. A falta de referência positiva na vida da criança e da família nos livros didáticos fragmenta a construção de sua identidade, porquanto, não raras vezes, chega à idade adulta com total rejeição à sua origem racial. Por essa razão, é crucial positivar o lado negro de cada criança e o passado escravo, através das histórias de resistência do seu povo. Para isso, professores e professoras devem inserir em suas práticas de ensino a cultura e a história afro-brasileiras, visando mostrar aos alunos a importância de um povo tão rico culturalmente e que a história do povo negro não é somente de escravidão e humilhação.

Há que se ressaltar, ainda, que os docentes precisam conhecer a influência da cultura africana na cultura brasileira, para que a Lei 10.639/03 - cujo objetivo é de produzir conhecimentos a respeito da pluralidade étnico-racial nas escolas pública e privada e de garantir o respeito aos direitos legais e à valorização da identidade cultural brasileira e africana, como outras culturas que, direta ou indiretamente, contribuíram/contribuem para a formação da identidade cultural brasileira - possa se cumprir a contento nas instituições de ensino.

Nesse sentido, é imprescindível que a criança conheça, desde muito cedo, os elementos que compõem sua identidade, já que é na escola que se depara com o verdadeiro significado de ser negro na sociedade e em que os padrões estéticos estabelecidos culturalmente são elementos definidores para a formação de sua

autoimagem assim como sua aceitação, o que influenciará fortemente a percepção que ela tem de si e do mundo.

Assim, considerando que predominam na sociedade sentimentos e ideias negativas, preconceituosas e estereotipadas historicamente construídas sobre o negro e que, ao contrário, há uma visão positivada do branco em todos os sentidos da vida humana, a escola, não raras vezes, presta um desserviço social quando não reconhece os aspectos socioculturais da população negra como status de valor para a humanidade. Então, precisa atuar como um instrumento importante na inserção de um pensamento de tolerância e de respeito à diversidade cultural de cada povo.

Espera-se que a Lei 10.639/2003 seja aplicada de fato nas escolas de nosso país e que a cultura afro-brasileira seja vista como importante na formação do povo brasileiro. As crianças negras precisam se reconhecer como afrodescendentes e se orgulhar de se originar de um povo que nos trouxe tantos elementos e valores civilizatórios importantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL.MEC. Lei 10.639/03. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf Acesso em: 22 de janeiro de 2018

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: MEC-SECAD/SEPPPIR /INEP, 2004.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília:MEC/SEF, 1997.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo: Contexto, 2000.

História e cultura afro-brasileira (lei Nº 10.639/2003): um desafio para a educação física escolar. Disponível em: <<http://cev.org.br/biblioteca/historia-cultura-afro-brasileira-lei-n-10639-2003-um-desafio-para-educacao-fisica-escolar/>>. Acesso em 8 de maio de 2016.

JAROSKEVICZ, Elvira Maria Isabel. **Relações étnico-raciais, história, cultura africana e afro-brasileira na educação pública: da legalidade à realidade,** 2016.

MUNANGA, Kabengele. Racismo: esta luta é de todos. In: **Raça Brasil**, ano 5, n.2000, p.13-15.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global, 2006. (Coleção para entender).

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Almanaque pedagógico afro-brasileiro: uma proposta de intervenção pedagógica na superação do racismo no cotidiano escolar.** Belo Horizonte: Nzinga, s.d.

TRINDADE, Azoilda Loretto da (org.). **Africanidades brasileiras e educação: salto para o futuro.** Rio de Janeiro: TV escola /MEC, 2013.

Sobre os autores:

Alan Isaac Mendes Caballero Mestrando no programa de pós-graduação da Faculdade de Educação na UNICAMP, cuja linha é Ciências Sociais. Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Educação e Sociedade (GPPES) da mesma faculdade. Graduado em 2017 pela Faculdade de Educação da UNICAMP em Pedagogia. Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação de Amparo à Pesquisa pelo Estado de São Paulo (FAPESP) durante o período da Iniciação Científica. E-mail para contato: alanisaac09@gmail.com.

Alessandra Alexandre Freixo Possui Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997), Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000) e Doutorado em Ciências Sociais pela UFRRJ (2010). Atualmente é Professora Titular do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), atuando principalmente nas seguintes temáticas de pesquisa: educação e ruralidades, imagens e narrativas no mundo rural, estudos de cultura e mundo rural, ensino de ciências no contexto da educação do campo.

Anna Carla Ferreira de Araújo Graduanda de Ciências Biológicas - Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante do Programa de Iniciação à Docência (PIBID).

Anna Cristina Ferreira de Araújo Graduanda de Ciências Biológicas - Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante do projeto de extensão PIPEx, UFPE. Trabalha na área de biologia vegetal com ênfase em biologia de Briófitas.

Brenno Fidalgo de Paiva Gomes Graduação em Educação Artística pela Universidade Federal do Piauí-UFPI; Mestrado em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí-UFPI; Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação CAPES; Grupo de Pesquisa: CORPOSTRANS. e-mail: brenno.fidalgo@gmail.com

Candida Soares da Costa Professora da Universidade Federal de Mato Grosso; Membro do corpo docente do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso; Graduação em Licenciatura em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Relações Raciais e Educação E-mail: candidasoarescosta@gmail.com

Cynthia Nery da Silva Graduação em Licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid); cynthianery@outlook.com

Edmar Ferreira Santos Professor da Universidade do Estado da Bahia. Membro do corpo docente do Programa de Especialização em Educação e Diversidade Étnico-Racial do Departamento de Ciências Humanas, campus VI da Universidade do Estado

da Bahia. Graduado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Mestre em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia, programa onde atualmente desenvolve pesquisa de doutorado com apoio do Programa de Bolsas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB. E-mail: estudosafricanos.edu@gmail.com

Emanuelle de Oliveira Belisario Estudante do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (Centro Acadêmico do Agreste) e bolsista do Programa institucional de bolsas de iniciação a docência (Pibid). Email: emanuelleoliver@hotmail.com

Érica Monale da Silva Gomes Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba. Email: mmonale009@gmail.com

Grasiela Lima de Oliveira Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2015) e Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2012). Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação stricto sensu da Universidade Estadual de Feira de Santana – BA (Previsão de término – 2018). Participa do grupo de pesquisa Carta Imagem, coordenado por Alessandra Freixo. Bolsista CNPQ. Atua principalmente nas seguintes áreas: ensino de ciências no contexto da educação do campo, narrativas, educação e ruralidades, formação docente.

Hellen Cristina de Oliveira Alves Professor da Faculdade Afonso Mafrense; Psicóloga do Instituto Federal do Piauí; Graduação em Psicologia pela Faculdade Santo Agostinho; Mestranda em Educação pela Anne Sullivan; E-mail para contato: hellencrisss@gmail.com

Hercules Guimarães Honorato Mestre em Educação pela Universidade Estácio de Sá (UNESA/RJ), ano de conclusão 2012. Graduação em Ciências Navais com Habilitação em Administração pela Escola Naval (ano de conclusão - 1982). Especializações em: Gestão Internacional (2007) e MBA Logística (2009) pelo Instituto COPPEAD de Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e Docência do Ensino Superior (2008) pelo Instituto a Vez do Mestre da Universidade Cândido Mendes, RJ. Doutor e Mestre em Política e Estratégia Marítimas pela Escola de Guerra Naval (EGN) - Rio de Janeiro, anos de conclusão 2007 e 1999 respectivamente. Diplomado pela Escola Superior de Guerra (ESG) do Rio de Janeiro no Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE-2010). Professor convidado da Escola Superior de Guerra desde 2009, dos Cursos de Altos Estudos de Política e Estratégia e Logística e Mobilização Nacional. Assessor Especial do Superintendente de Ensino da Escola Naval (EN) desde set. 2012 e professor da Disciplina de Metodologia da Pesquisa da mesma IES militar. E-mail para contato: hghhhma@gmail.com

Isabella Nara Costa Alves Graduação em Pedagogia pela Faculdade dos Guararapes; Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em raça, gênero e sexualidades Audre Lorde (GEPERGES); E-mail para contato: isabella.athos@live.com

Ivonildes da Silva Fonseca Possui graduação em Biblioteconomia e documentação pela Universidade Federal da Bahia (1979), graduação em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1990), graduação em Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1992), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (1995) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2011). Atualmente é professora horista do Centro Universitário de João Pessoa, professor titular da Universidade Estadual da Paraíba, colaboradora - Bamidelê - Organização de Mulheres Negras na Paraíba, coordenadora - Bamidelê - Organização de Mulheres negras na Paraíba, voluntária do Instituto de Referência Étnica e efetivo da Universidade Estadual da Paraíba. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: mulher negra, educação e etnia, escola e sociedade, racismo e legislação. Grupo de pesquisa: Dandê ê: educação, gênero e representações afro-brasileiras. Email: vania_baiana@hotmail.com

Jéssica Dyane da Silva Martins Graduação em Licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid); jessicamartinsjp@outlook.com

Lígia Luís de Freitas Professor da Universidade – Centro Universitário de João Pessoa; Membro do corpo docente da Graduação – Centro Universitário de João Pessoa; Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, com sanduíche na Universidade de Barcelona, na área de currículo. Núcleo/Grupo de pesquisas: Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM); Grupo de pesquisa interdisciplinar Música, Corpo, Gênero, Educação e Saúde (MUCGES)

Lilian Gabriella Castelo Branco Alves de Sousa Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí-UFPI; Mestrado em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí-UFPI; Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação CAPES; e-mail: gabriellaufpi@outlook.com.br

Luciana Menezes de Lima Mendes Graduação em andamento em Pedagogia. Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil. Ensino Médio (2º grau). Dona Leonor Porto, DLP, Brasil

Maria Joselma do Nascimento Franco Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo -USP (2005), professora associada da Universidade Federal de Pernambuco, Coordenadora (Pibid) fomentado pela CAPES - Subprojeto Pedagogia do Centro Acadêmico do Agreste, pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea - PPGEduc. Email: mariajoselmadonascimentoofranco@gmail.com

Maria Juliana Chaves de Sousa Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS; membro do grupo de pesquisa Centro de Estudos e Documentação em Educação – CEDE da UEFS.

Maria Raquel Alves da Rocha Atualmente desenvolve pesquisas sobre cultura cigana, abrangendo a performance nos rituais ciganos e suas manifestações artísticas. É professora do curso de Artes Visuais na Universidade Federal do Piauí - UFPI e cursa mestrado em Antropologia, pela UFPI. É graduada em Licenciatura em educação artística, com habilitação em Artes Plásticas; é especialista em Arteterapia em Educação e também especialista em Dança e consciência corporal. É docente da Secretaria de educação e cultura do estado do Piauí (SEDUC-PI). A autora é artista designer e bailarina e já desenvolveu trabalhos em danças ancestrais no estado do Piauí. Seu e-mail é raquelalvesrocha@hotmail.com

Maysa Conceição de Farias Albuquerque Estudante do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (Centro Acadêmico do Agreste) e bolsista do Programa institucional de bolsas de iniciação a docência (Pibid). Email: maysa.albuquerque@outlook.com

Nágib José Mendes dos Santos Professor da Universidade Federal de Alagoas/UFAL – Campus A.C. Simões; - Membro do corpo docente do Curso de Letras-Libras Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas. Graduação em Filosofia Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas. Mestrado em Educação Brasileira do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/CEDU/ Universidade Federal de Alagoas. Participante do Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade – NEEDI. E-mail para contato: nagibem@gmail.com.

Osmar Barbosa dos Santos Ribeiro Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Maria Milza – FAMAM e em Letras Português/Inglês Pelo Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR; especialista em MBA Gestão de Pessoas e em Gestão Escolar pela Faculdade Batista Brasileira - FBB, em Educação do Campo e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias – FAC; mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS; membro do grupo de pesquisa Carta-Imagem - UEFS; bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. Atuando principalmente nos seguintes temas: educação do campo, projeto político pedagógico, práticas pedagógicas em ambiente hospitalar, educação e formação docente. E-mail para contato: osdi.art@hotmail.com.

Paula Paulino da Silva Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba. Email: paulinha.s90@hotmail.com

Rafael Gomez da Silva Carneiro Graduação em Direito pela UNINOVAFAPI; Mestrado em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí; Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação CAPES; Grupo de Pesquisa: CORPOSTRANS. e-mail: rafaelgomezcarneiro@gmail.com

Rayane dos Santos Borges Graduação em Licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid); santosborges1897@outlook.com

Roberto Vinicio Souza da Silva Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí UESPI – Campus Parnaíba – Vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Juventudes (NEPJUV/UFPI-Parnaíba)

Romário Ráwlyson Pereira do Nascimento Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí UFPI – Campus Parnaíba – Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí UFPI – Vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação, Gênero e Cidadania (NEPEGECI) – Professor do Município de Luis Correia - PI

Rosemary Meneses dos Santos Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco – RJ – Especialista em Libras pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Teresina – FACET/CCTP e Especialista [Psicopedagogia](#) pela ISEPRO em Parnaíba. Professora do Município de Tutóia - MA

Silvana Nóbrega Gomes Professora do Centro Universitário de João Pessoa; Graduado em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Estadual da Paraíba- UEPB; Mestre Em Educação Física e Esportes pela Universidade de Granada/Espanha UGR/ES; Doutora em Educação Física e Esportes pela Universidade de Granada/Espanha UGR/ES; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)-Coordenadora pedagógica. Silvana.n.g@hotmail.com

Suely Marilene da Silva Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais Instituição Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Formação em Pedagogia pela Instituição Universidade Vale do Acaraú – UVA; Pós-graduada em Gestão Escolar e Coord. Pedagógica Instituição Faculdade de Saúde de Paulista – Fasup; Pós-graduada em Psicologia Organizacional e do Trabalho Instituição Faculdade de Saúde de Paulista – Fasup

Suzana dos Santos Cirilo Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba. Email: suzana.182009@hotmail.com

Tamires de Campos Leite Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas. Graduanda do Curso de Letras-Libras Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas. E-mail para contato: ttamireslleite@gmail.com.

Valdeci Silva Mendes Técnico Administrativo em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso; Graduação: em Enfermagem pela Universidade Federal de Mato Grosso; Mestrado: em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Doutorando: em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Relações Raciais e Educação; E-mail: valdeciconexoes@ufmt.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-77-6

